

Praticando

Solução
Editora
a solução para o seu concurso!

IDECAN

800

QUESTÕES

QUESTÕES GABARITADAS

- › Língua Portuguesa
- › Matemática e Raciocínio Lógico
- › Informática
- › Direito Constitucional
- › Direito Administrativo
- › Administração Geral e Pública
- › Direito Penal
- › Direito Processual Penal
- › Direito Civil
- › Direito Processual Civil



AVISO IMPORTANTE:

Este é um Material de Demonstração

Este arquivo é apenas uma amostra do conteúdo completo da Apostila.

Aqui você encontrará algumas páginas selecionadas para que possa conhecer a qualidade, estrutura e metodologia do nosso material. No entanto, **esta não é a apostila completa.**

POR QUE INVESTIR NA APOSTILA COMPLETA?

- ✖ Conteúdo totalmente alinhado ao edital
- ✖ Teoria clara, objetiva e sempre atualizada
- ✖ Questões gabaritadas
- ✖ Diferentes práticas que otimizam seus estudos

Ter o material certo em mãos transforma sua preparação e aproxima você da **APROVAÇÃO.**

Garanta agora o acesso completo e aumente suas chances de aprovação:
<https://www.editorasolucao.com.br/>



IDECAN

CADERNO DE QUESTÕES GABARITADAS
INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL,
CULTURAL E ASSISTENCIAL NACIONAL

800 Questões Gabaritadas



CÓD: SL-164JH-26
7901183001668

Questões Gabaritadas:

1. Língua Portuguesa	5
2. Matemática e Raciocínio Lógico	75
3. Informática.....	93
4. Direito Constitucional	119
5. Direito Administrativo.....	141
6. Administração Geral e Pública	161
7. Direito Penal	181
8. Direito Processual Penal	201
9. Direito Civil.....	225
10. Direito Processual Civil.....	239

LÍNGUA PORTUGUESA

1. (IDECAN - 2024)

Uma das principais dificuldades da ortografia da língua portuguesa reside na grafia correta do fonema /s/, que pode ser representado por “c”, “ç”, “ss”, “sc”, “sç”, “x” ou mesmo “xc”. Sabendo disso, assinale abaixo a única das alternativas em que todas as palavras estão grafadas corretamente.

- (A) Algumas pessoas fazem loucuras na busca pelo rejuvenecimento.
- (B) Todos, sem excessão, ficaram encantados com a palestra.
- (C) Aquela doença gerava uma dor escruciente.
- (D) O réu estava conciente de que seria condenado.
- (E) O árbitro teve uma atuação condescendente com a violência no jogo de ontem.

2. (IDECAN - 2022)

Considerando as regras da reforma ortográfica (2009), assinale a alternativa em que todos os itens estão adequados com essas regras.

- (A) Anéis; heróico; creem; pastéis.
- (B) Contrarregra; capimaçu; sub-reitor.
- (C) Contra-atacar; antissociável; cor-de-rosa; minissaia.
- (D) Microonda; pró-reitoria; contrabalançar.
- (E) Sub-região; assembléia; pé-de-meia.

3. (IDECAN - 2025)

BIÓLOGO CRIA SACOLA QUE SE TRANSFORMA EM COMIDA PARA PEIXES

Kevin Kumala criou o produto após observar a imensa quantidade de acúmulo de lixo nos mares

Um dos produtos que mais poluem os oceanos e os rios é o plástico, que se tornou uma grande dor de cabeça para os ambientalistas. Para diminuir o impacto negativo desse material no ecossistema, um biólogo da Indonésia desenvolveu uma sacola feita de mandioca, que, ao ser jogada no mar e nos rios, pode servir de alimento para os peixes.

Kevin Kumala conta que criou o produto em viagem a Bali, ilha em que nasceu, após retornar dos Estados Unidos, e observar a imensa quantidade de acúmulo de lixo na região. Kumala possui uma empresa de

canudos, sacolas e talheres, todos feitos com materiais biodegradáveis, que se desfazem em até 100 dias.

A sacola foi um dos seus últimos produtos criados. O site da empresa Avani ressalta que, desde 2016, quando foi criada, evitou-se a fabricação de três toneladas de produtos não sustentáveis. “Nós buscamos continuamente nos tornar uma ponte para ajudar e para encorajar comunidades e negócios a produzirem iniciativas que gerem um impacto sustentável para o meio ambiente. Encorajando o uso do termo ‘responsável’ como um valor central dos três fatores-chave: reduzir, reutilizar, reciclar”, destaca a página da Avani na internet.

Kumala assinala que suas sacolas são fortes, resistentes e têm a mesma elasticidade comparada às que são feitas de plástico. “Nossos sacos de mandioca de tamanho médio podem transportar até 8 libras (3,5 kg) de produtos secos”, explica, em uma postagem do Instagram da empresa.

Disponível em: https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/ciencia-e-saude/2020/02/10/interna_ciencia_saude,827050/biologo-cria-sacola-que-setransforma-em-comida-para-peixes.shtml.

Acesso em: 1º mar.2025.

Em se tratando das regras de acentuação que regem as palavras da Língua Portuguesa, analise os vocábulos enumerados a seguir para marcar o item **correto**. “Um dos produtos que mais poluem os oceanos e os rios é o plástico¹”

“[...] “um **biólogo**² da Indonésia desenvolveu uma sacola feita de mandioca.”

- (A) 1 e 2 são paroxítonas.
- (B) 1 e 2 são proparoxítonas.
- (C) 1 é oxítone e 2 é paroxítone.
- (D) 1 é proparoxítone e 2 é paroxítone.
- (E) 1 é paroxítone e 2 é proparoxítone.

4. (IDECAN - 2024)

O site “brasilecola”, do portal UOL, afirma que “Novo acordo ortográfico é como ficou conhecido o Acordo Ortográfico de 1990. Também conhecido por ser o mais atual, esse acordo é um conjunto de regras criado para padronizar a ortografia da língua portuguesa nos diferentes países que têm esse idioma como língua

oficial.” O referido acordo alterou algumas regras de acentuação gráfica. Sabendo disso, assinale abaixo a única alternativa em que a acentuação gráfica está adequada ao que pedem as novas regras de acentuação da língua portuguesa.

- (A) É heróica a atuação de psiquiatras e psicólogos que trabalham na atenção às pessoas com transtornos mentais no SUS.
- (B) Aproveitar-se de pessoas que sofrem com transtornos mentais para aplicar golpes me parece uma atitude egoísta e desumana.
- (C) A maioria das pessoas que sofrem com transtornos mentais não tem idéia de como buscar apoio profissional.
- (D) Eu não apóio nenhuma discriminação praticada contra ninguém nesta empresa.
- (E) Poucas pessoas lêem sobre transtornos mentais e sobre como cuidar melhor da saúde mental.

5. (IDECAN - 2024)

Texto para a questão.

PROJETO DE ATLAS DE CÉLULAS HUMANAS MAPEIA INÍCIO DE GESTAÇÃO

Cientistas revelaram, nesta quarta-feira (20), o primeiro esboço do desenvolvimento esquelético humano enquanto avançam em direção ao objetivo de completar um atlas biológico de cada tipo de célula no corpo para melhor compreender a saúde^a humana e diagnosticar e tratar doenças.

O trabalho faz parte do projeto contínuo^b Human Cell Atlas, iniciado em 2016 e que envolve pesquisadores de todo o mundo. O corpo humano é composto de aproximadamente 37 trilhões de células, com cada tipo de célula tendo uma função única.

Os pesquisadores pretendem ter um primeiro rascunho do atlas pronto em até dois anos. Aviv Regev, copresidente fundador do projeto e atualmente vice-presidente executivo e chefe de pesquisa e desenvolvimento inicial na empresa de biotecnologia Genentech, dos Estados Unidos, disse que o trabalho é importante em dois níveis.

“Em primeiro lugar, é nossa curiosidade humana básica. Queremos saber do que somos feitos. Acho que os humanos sempre quiseram saber do que são feitos. E, de fato, os biólogos têm mapeado células desde os anos 1600 por essa razão”, disse Regev.

“A segunda, e muito pragmática, razão é que isso é essencial para entendermos e tratarmos doenças. As células são a unidade básica da vida e, quando algo dá errado, dá errado com nossas células, antes de mais

nada”, disse Regev.

Os pesquisadores mapearam o desenvolvimento esquelético no primeiro trimestre da gravidez, permitindo-lhes descrever todas as células, redes de genes e interações envolvidas no crescimento ósseo^c durante os estágios iniciais do desenvolvimento humano.

Eles mostraram como a cartilagem atua como um andaime para o desenvolvimento ósseo em todo o esqueleto, exceto no topo do crânio. Também mapearam todas as células críticas para a formação do crânio e examinaram como mutações genéticas podem fazer com que pontos moles no crânio de um recém-nascido se fundam muito cedo, restringindo o crescimento do cérebro em desenvolvimento.

O conhecimento dessas células, disseram os pesquisadores, pode potencialmente ser usado como alvos diagnósticos e terapêuticos para identificar e tratar condições congênitas. Eles também descobriram que certos genes ativados em células ósseas iniciais podem estar associados a um risco aumentado de desenvolver artrite no quadril na idade adulta.

Os cientistas apresentaram o atlas do trato gastrointestinal, abrangendo desde os tecidos da boca até o esôfago, estômago, intestinos e cólon^d. Eles identificaram um tipo de célula intestinal que pode estar envolvido na inflamação, potencialmente esclarecedor para condições como a doença de Crohn e colite ulcerativa.

Além disso, ofereceram um atlas do desenvolvimento do timo humano, um órgão que treina células imunológicas para proteger contra infecções e câncer. As descobertas foram publicadas na Nature e em revistas

afiliadas ao Nature Portfolio.

“Embora o foco principal tenha sido mapear as células do corpo humano saudável, o projeto já contribuiu com informações valiosas sobre doenças como câncer, covid-19, fibrose cística e outras que afetam o coração, pulmão e intestino”, disse Alexandra-Chloe Villani, do Hospital Geral de Massachusetts, integrante do comitê organizador do projeto.

A pesquisa emprega novos dados e ferramentas analíticas, algumas baseadas em inteligência artificial e aprendizado de máquina.

Os dados do Human Cell Atlas permitem que os pesquisadores “treinem modelos de base, como um ‘ChatGPT para células’, que nos ajudam a descrever novas células ou procurar uma nova célula dentro de dezenas de milhões de perfis”, disse Sarah Teichmann,

MATEMÁTICA E RACIOCÍNIO LÓGICO

1. (IDECAN - 2022)

Ao se jogar dois dados convencionais, determine a probabilidade da soma dos resultados ser o número 7.

- (A) $P = \frac{1}{2}$
 (B) $P = \frac{1}{3}$
 (C) $P = \frac{1}{4}$
 (D) $P = \frac{1}{5}$
 (E) $P = \frac{1}{6}$

2. (IDECAN - 2022)

Um estudo realizado no Reino Unido diz que a probabilidade de um acidente aéreo é de um a cada 67 mil voos, e que a chance de um acidente com morte ocorrer é de um para cada 345 mil voos. Já estudo realizado nos Estados Unidos, pelo Departamento Nacional de Segurança nos Transportes, analisou todos os acidentes aéreos ocorridos entre 1983 e 2000 e descobriu que de 53.487 pessoas envolvidas em acidentes, 51.207 sobreviveram.

Fonte: <https://www.terra.com.br/noticias/educacao/voce-sabia/qual-o-real-risco-de-morte-em-um-acidente-aereo,b4faca1fe1737310VgnCLD100000bbcceb0aRCRD.htm>

Analisando o texto podemos concluir que

- (A) olhando para a probabilidade dos eventos, o risco de morte em um acidente aéreo é máximo, chegando a ter probabilidade $P = 1$.
 (B) olhando para a probabilidade dos eventos, os riscos de um acidente aéreo acontecer são baixos, e que mesmo acontecendo o risco de morte é ainda menor.

(C) segundo o estudo realizado no reino unido, a probabilidade de um acidente aéreo ocorrer é de

$$P = \frac{1}{67}.$$

(D) segundo o Departamento Nacional de Segurança nos Transportes entre 1983 e 2000, descobriu que a probabilidade de uma pessoa envolvida em um aci-

$$P = \frac{53.487}{51.207}$$

dente aéreo morrer, é de

(E) segundo o Departamento Nacional de Segurança nos Transportes entre 1983 e 2000, descobriu que a probabilidade de uma pessoa envolvida em um acidente aéreo sobreviver, é de $P = 1$, um evento certo.

3. (IDECAN - 2024)

Em um estudo sobre o comportamento de compra de clientes de uma loja virtual, observou-se que 60% dos clientes são mulheres. Dentre as mulheres, 30% compraram produtos da categoria A. Por outro lado, 40% dos clientes são homens, e destes, 20% compraram produtos da mesma categoria A. Considerando um cliente selecionado aleatoriamente, deseja-se calcular a probabilidade de que este cliente tenha comprado um produto da categoria A, sabendo que é uma mulher. As alternativas a seguir apresentam valores percentuais para essa probabilidade condicional. Assinale a alternativa correta.

- (A) 30%
 (B) 50%
 (C) 60%
 (D) 70%

4. (IDECAN - 2024)

Bruno possui um dado de RPG com formato de um dodecaedro, tendo suas faces numeradas de 1 a 12

A probabilidade de Bruno lançar seu dado duas vezes e sair um número primo no primeiro lançamento e um número múltiplo de três no segundo lançamento é igual a

- (A) $\frac{12}{36}$
 (B) $\frac{36}{27}$
 (C) $\frac{36}{7}$
 (D) $\frac{36}{15}$
 (E) $\frac{36}{36}$

5. (IDECAN - 2022)

Sobre probabilidade, analise os itens a seguir:

I. Chamamos de espaço amostra, e indicamos por Ω , um conjunto formado por todos os resultados possíveis de um experimento aleatório.

II. Considerando um experimento aleatório, cujo espaço amostral é Ω . Chamaremos de evento todo subconjunto de Ω .

III. Sejam A e B dois eventos, se $A \cap B = \emptyset$, A e B são chamados mutuamente excludentes.

Assinale

- (A) se todos os itens estiverem corretos.
 (B) se apenas o item I estiver correto.
 (C) se apenas o item II estiver correto.
 (D) se apenas o item III estiver correto.
 (E) se apenas os itens I e III estiverem corretos.

6. (IDECAN - 2025)

Dados os conjuntos $A = \{1,2,3,4\}$, $B = \{2,4,6\}$ e $C = \{1,3,5\}$, determine o conjunto $(A \cap B) \cup (A \cap C)$

- (A) $\{1,2,3,4,5,6\}$
 (B) $\{5,6\}$
 (C) $\{3,4\}$
 (D) $\{1,2\}$
 (E) $\{1,2,3,4\}$

7. (IDECAN - 2024)

Dado um conjunto $B = \{-1, 0, 1, 3, 4\}$, sabendo que $A \cap B = \{0, 1, 4\}$ e que $A \cup B = \{-2, -1, 0, 1, 2, 3, 4, 5\}$, então é correto afirmar que o conjunto A é

- (A) $A = \{-2, 0, 1, 5\}$.
 (B) $A = \{-2, 0, 1, 2, 4, 5\}$.
 (C) $A = \{-2, 1, 4, 5\}$.
 (D) $A = \{-2, 2, 5\}$.
 (E) $A = \{0, 1, 4, 5\}$.

8. (IDECAN - 2022)

Considere os conjuntos A e B e o conjunto universo $\cup$. Todos os elementos que não estão em A estão no complementar de A e o conjunto complementar é dado por A' e todos os elementos que não estão em B estão em seu complementar B' .

Assinale a expressão correta com o conjunto complementar.

- (A) Se $A \cap B = \emptyset$, então $B \cap A' = \emptyset$
 (B) $A' - B' = B - A$
 (C) $(A \cap B)' = A' \cap B'$
 (D) $B - A' = B \cup A$

9. (IDECAN - 2024)

Considere a seguinte pesquisa conduzida em um pet shop com 200 clientes, abordando suas preferências em relação aos serviços oferecidos para seus animais de estimação. Durante a coleta de dados, foram registradas as preferências individuais de cada cliente.

Os resultados obtidos são os seguintes:

- 112 entrevistados afirmaram utilizar os serviços do pet shop para banho;
- 62 entrevistados revelaram apreciar tanto o serviço de banho quanto o de tosa;
- Um total de 58 entrevistados não expressou preferência por nenhum dos serviços, seja banho ou tosa. O número de entrevistados que demonstram uma preferência exclusiva pelo serviço de tosa é de:

- (A) 30
 (B) 92
 (C) 122
 (D) 232

INFORMÁTICA

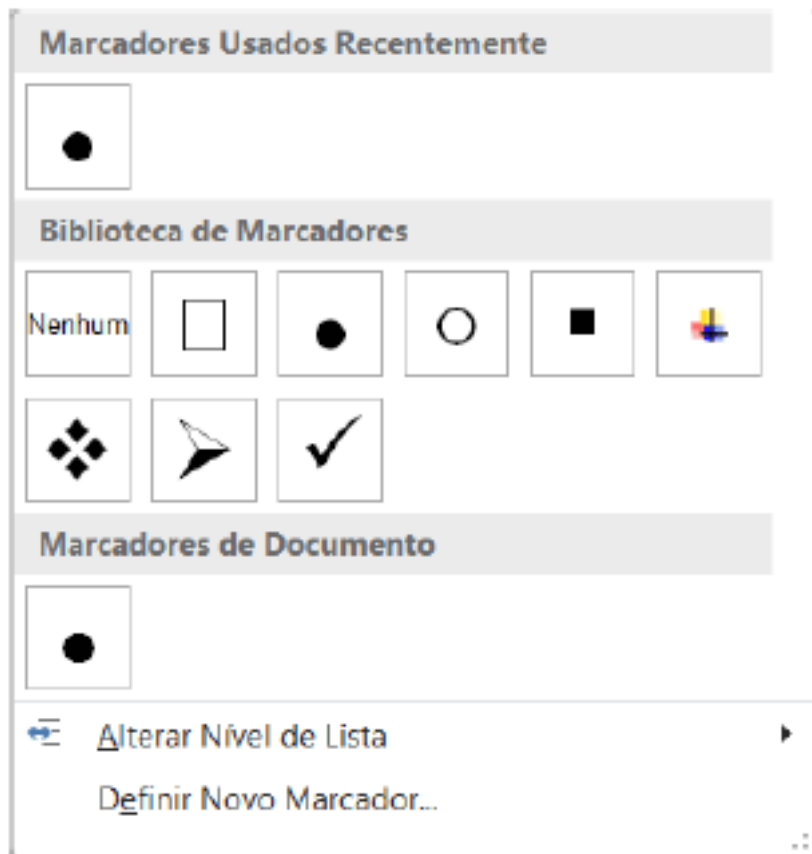
1. (IDECAN - 2025)

Durante a preparação de um relatório no Microsoft Word 2021, um usuário deseja configurar o documento para que cada novo parágrafo inicie com um recuo automático de 2 cm, sem utilizar a tecla Tab e sem precisar configurar manualmente cada parágrafo. Para isso, o procedimento que deve ser realizado é

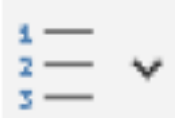
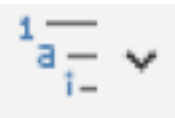
- (A) acessar o menu Revisão, ativar o Controle de Alterações e modificar o espaço inicial de cada parágrafo para 2 cm.
- (B) acessar o menu Layout, selecionar Parágrafo e definir o valor de recuo especial como Primeira linha, ajustando para 2 cm.
- (C) acessar o menu Exibir, selecionar Ferramentas de Parágrafo e alterar o espaçamento entre linhas para 2 cm.
- (D) acessar o menu Inserir, escolher a opção Recuo e ajustar a margem esquerda para 2 cm.
- (E) acessar o menu Design, aplicar um Estilo de Parágrafo e modificar o alinhamento do texto para Recuado.

2. (IDECAN - 2024)

No que se refere aos recursos do editor de textos Word 2019 BR, o acionamento de um ícone da Faixa de Opções nas opções que correspondem à guia “Página Inicial” da Barra de Menu, possibilita a criação de uma lista de marcadores simbólicos, mostrados na figura abaixo.

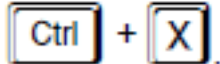
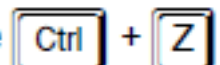
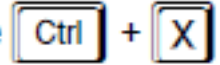
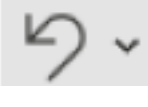
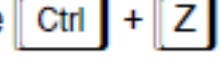


O ícone é:

- (A) 
- (B) 
- (C) 
- (D) 

3. (IDECAN - 2024)

Na tela de trabalho do Word 2019, executado no Windows 11, há uma Barra de Ferramentas de Acesso Rápido – localizada na Faixa de Opções – contendo diversos ícones com funções que auxiliam no trabalho de digitação. Dentre esses ícones, um deles apresenta a funcionalidade de “desfazer digitação automática” e pode, também, ser acionado por meio de um atalho de teclado. O ícone e o atalho de teclado em questão, respectivamente, são:

- (A)  e 
- (B)  e 
- (C)  e 
- (D)  e 

4. (IDECAN - 2024)

Para imprimir um texto em modo de edição no Word 2019 BR (x64) instalado em um microcomputador Intel, duas maneiras podem ser empregadas. A primeira, por meio do acionamento de , localizado na Faixa de Opções, quando se aciona uma guia da Barra

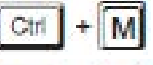
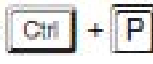
de Menu. A segunda, através da execução de um atalho de teclado. Ambas formas mostram a mesma janela de diálogo, contendo os detalhes da figura a seguir



Para direcionar a imagem do texto para a impressora e realizar a impressão propriamente dita, na janela de

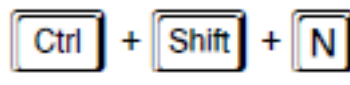
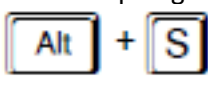
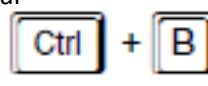


diálogo, deve-se pressionar o ícone . Nesses termos, a guia e o atalho de teclado são, respectivamente

- (A) Arquivo e 
- (B) Layout e 
- (C) Layout e 
- (D) Arquivo e 

5. (IDECAN - 2024)

Em um projeto de edição de texto colaborativo, um usuário deseja aplicar uma série de formatações sem utilizar o mouse. Para isso, ele precisa conhecer os atalhos de teclado específicos do editor de texto que está utilizando. No contexto de um editor de texto comumente usado, como o Microsoft Word, o atalho correto é pressionar

- (A)  para aplicar o estilo normal ao parágrafo selecionado
- (B)  para salvar o documento atual
- (C)  para aplicar o estilo de cabeçalho 1.

DIREITO CONSTITUCIONAL

1. (IDECAN - 2025)

Com base nos princípios fundamentais da Constituição Federal Brasileira, marque a alternativa **correta**.

- (A) A República Federativa do Brasil é formada pela união indissolúvel dos Estados e do Distrito Federal, sendo facultativa a participação dos Municípios.
- (B) A dignidade da pessoa humana e o pluralismo político não estão entre os fundamentos do Estado Democrático de Direito.
- (C) Todo o poder emana do povo, que o exerce exclusivamente por meio de representantes eleitos.
- (D) A independência nacional e a intervenção humanitária são princípios que regem as relações internacionais do Brasil
- (E) Erradicar a pobreza e reduzir as desigualdades sociais e regionais são objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil.

2. (IDECAN - 2025)

A dignidade da pessoa humana é um dos fundamentos da República Federativa do Brasil. De acordo com o artigo 1º, inciso III, da Constituição Federal, “[a] República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos: (...) III – a dignidade da pessoa humana”. Nesse contexto, assinale a alternativa que corretamente descreve o conceito de dignidade da pessoa humana.

- (A) É um princípio fundamental e uma norma jurídica no Brasil, que exprime a ideia de que todos os seres humanos têm direito a uma vida digna com acesso a direitos básicos como saúde e educação, independentemente de suas características físicas, psicológicas ou sociais.
- (B) É apenas um princípio fundamental no Brasil, que exprime a ideia de que todos os seres humanos têm direito a uma vida digna com acesso a direitos básicos como saúde e educação, independentemente de suas características físicas, psicológicas ou sociais.
- (C) É apenas uma norma legal no Brasil, que exprime a ideia de que todos os seres humanos têm direito a uma vida digna com acesso a direitos básicos como saúde e educação, independentemente de suas características físicas, psicológicas ou sociais.
- (D) É um princípio fundamental e uma norma jurídica no Brasil, que exprime a ideia de que apenas crianças e adolescentes devem ter seu acesso à saúde e educação garantidos pelo Estado e pela sociedade.
- (E) É um princípio fundamental e uma norma jurídica no Brasil, que exprime a ideia de que apenas os maiores de 18 anos devem ter seu acesso à saúde e educação garantidos pelo Estado e pela sociedade.

3. (IDECAN - 2023)

Nos termos do art.1º da CRFB é correto afirmar que a República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos

- (A) a soberania social; a cidadania; igualdade, a dignidade dos direitos humanos; os valores sociais do trabalho, da saúde e o pluralismo político.
- (B) a soberania internacional; a cidadania; a dignidade dos direitos humanos; os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa e a singularidade política.

(C) a soberania; a cidadania; a dignidade da pessoa humana; os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa e o pluralismo político.

(D) a soberania social; independência nacional; a dignidade da pessoa humana; os valores sociais da mulher, da livre iniciativa e o pluralismo político.

4. (IDECAN - 2022)

Ao contrário das regras, que são normas específicas, os princípios são normas amplas de caráter genérico e abstrato.

Nessa qualidade, é mandamento estruturante da República o princípio

(A) republicano.

(B) confederativo.

(C) do estado de direito.

(D) da função social do trabalho.

(E) da supremacia do interesse público.

5. (IDECAN - 2023)

À luz da Constituição Federal, é possível afirmar que a propriedade, a vida, a educação, a alimentação e a segurança são considerados direitos:

(A) sociais.

(B) não absolutos.

(C) individuais.

(D) indisponíveis.

(E) não econômicos.

6. (IDECAN - 2025)

Gustavo foi preso e condenado a cinco anos de prisão pelo cometimento de determinada conduta ilícita, com regime inicial fechado. Após ultrapassado todo o período estipulado na sentença, Gustavo foi mantido preso por mais seis meses. Ante a situação apresentada e levando em consideração a responsabilidade do Estado e os Direitos Humanos, assinale a alternativa correta.

(A) O Estado indenizará o condenado por erro judiciário, assim como o que ficar preso além do tempo fixado na sentença.

(B) O Estado não indenizará o condenado por erro judiciário por excesso de prazo, assim como o que ficar preso além do tempo fixado na sentença.

(C) Cabe indenização pelo Estado por erro judiciário ao preso que ficar por mais de um ano além do tempo fixado em sentença.

(D) Cabe indenização pelo Estado por erro judiciário ao preso que ficar mantido em cárcere por mais de cinco anos além do tempo fixado em sentença.

(E) Não cabe indenização pelo Estado por erro judiciário ao condenado que ficar preso por crime de tráfico ilícito de entorpecentes.

7. (IDECAN - 2025)

Acerca da premissa abaixo narrada, e tomando por base os ensinamentos constitucionais esculpidos na Constituição Federal de 1988, assinale a alternativa correta. “Manifestações favoráveis à deslegalização das drogas são protegidas pelo direito de reunião e livre pensamento. A proibição abarca apenas manifestações que visem incitar ou provocar as ações ilegais”.

(A) É livre a manifestação do pensamento, sendo permitido o anonimato.

(B) É livre a manifestação do pensamento, exceto quando se tratar de relevante interesse social, sendo vedado o anonimato.

(C) É livre a manifestação do pensamento, exceto quando se tratar de relevante interesse social, sendo permitido o anonimato.

(D) É vedada a livre manifestação em assunto nos quais a opinião popular já se encontra solidificada, independentemente de identificação ou não.

(E) É livre a manifestação do pensamento, sendo vedado o anonimato.

8. (IDECAN - 2024)

A respeito dos Direitos e Deveres Individuais Coletivos expressos na Constituição Federal, é **correto** afirmar que

(A) é inviolável a liberdade de consciência e de crença, assegurado o livre exercício dos cultos religiosos e garantida, a proteção aos locais de culto e a suas liturgias, salvo nos casos em que houver fundada suspeita sobre a prática de atividades ilegais.

(B) ninguém será privado de direitos por motivo de crença religiosa ou de convicção filosófica partidária, salvo se as invocar para eximir-se de obrigação legal a todos imposta e recusar-se a cumprir prestação alternativa, fixada em decreto.

(C) todos podem reunir-se pacificamente, sem armas, em locais fechados ao público, desde que não frustrem outra reunião anteriormente convocada para o mesmo local, sendo exigido prévia autorização à autoridade policial competente.

DIREITO ADMINISTRATIVO

1. (IDECAN - 2026)

Em uma unidade administrativa, o Assistente em Administração recebeu demanda para redigir portaria que altera o fluxo de tramitação de processos e preparar sua divulgação no portal institucional. A chefia solicitou que a notícia traga nome e foto do dirigente responsável e que a portaria comece a produzir efeitos imediatamente, sem publicação oficial. À luz dos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, a providência a ser adotada consiste em:

- (A) providenciar a publicação oficial do ato e divulgar a medida com caráter informativo, sem nomes ou imagens de promoção pessoal, mantendo sigilo apenas nas hipóteses previstas em lei.
- (B) encaminhar a portaria por correio eletrônico interno e aplicá-la de imediato, pois a ciência dos servidores supre a publicação oficial e atende à necessidade de rapidez do setor.
- (C) divulgar a portaria no portal institucional com nome e foto do dirigente, para reconhecer a gestão e motivar a equipe, desde que o conteúdo do ato tenha autorização legal.
- (D) restringir a divulgação do ato aos envolvidos e decretar sigilo por conveniência, garantindo eficiência com aplicação imediata mesmo sem publicação oficial, ainda que o ato produza efeitos externos.

2. (IDECAN - 2026)

Na unidade de recursos humanos, um servidor solicitou que a chefia conceda um benefício funcional “por costume do setor”, sem a indicação da norma que o preveja. Ao auxiliar na instrução do processo e orientar a decisão, o Assistente em Administração buscou aplicar o princípio da legalidade, evitando que o ato seja anulado. À luz desse princípio, a orientação ao setor consiste em:

- (A) Autorizar a solicitação com base na necessidade do setor e na utilidade do serviço, registrando a decisão nos autos e alegando que, na ausência de vedação expressa, a Administração pode inovar o procedimento.
- (B) Autorizar o procedimento após concordância formal da chefia, considerando suficiente a decisão interna para legitimar o ato administrativo.
- (C) Aplicar ao órgão a mesma lógica do particular, praticando o ato quando não existir proibição expressa em lei, inclusive para atender pedidos urgentes e ajustar rotinas do setor.
- (D) Conferir se há lei ou regulamento que autorize o ato e, existindo autorização, instruir o processo e formalizar a providência dentro dos limites previstos, para evitar anulação.

3. (IDECAN - 2025)

Esse Princípio constitui pressuposto de validade de todo ato da Administração Pública, que deve obedecer não somente à lei jurídica, mas também a padrões éticos que podem ser estabelecidos em cada instituição. A violação desse Princípio pode eventualmente configurar infração disciplinar e, em casos mais graves, improbidade administrativa. Nesse sentido, o texto refere-se ao Princípio da

- (A) Legalidade.
- (B) Publicidade.
- (C) Moralidade.
- (D) Eficiência.

4. (IDECAN - 2025)

Os princípios constitucionais expressos no caput do art. 37 da Constituição Federal de 1988 representam fundamentos essenciais que orientam a atuação da Administração Pública e condicionam a validade dos atos administrativos. Cada princípio possui conteúdo próprio e funções distintas no controle da legalidade e legitimidade dos atos praticados pelos agentes públicos. Sobre esses princípios, é correto afirmar que:

- (A) a moralidade impõe o cumprimento estrito das normas legais; a publicidade assegura a subjetividade das decisões; e a eficiência se refere apenas ao tempo de execução das tarefas públicas.
- (B) a impessoalidade permite que agentes públicos promovam seu nome desde que haja interesse público; a publicidade se restringe a atos administrativos internos; e a legalidade admite margem de interpretação pessoal.
- (C) a eficiência e a legalidade são princípios exclusivamente vinculados à Administração Direta, enquanto a moralidade e a impessoalidade aplicam-se apenas à Administração Indireta.
- (D) a legalidade diz respeito ao cumprimento da vontade pessoal do agente público; a impessoalidade garante que a publicidade dos atos seja opcional; e a moralidade diz respeito apenas à honestidade subjetiva do servidor.
- (E) a eficiência exige a busca por resultados com qualidade e economia; a legalidade impõe atuação conforme a lei; e a impessoalidade veda favorecimentos ou perseguições pessoais na atuação administrativa.

5. (IDECAN - 2022)

Em uma pequena cidade do interior da Paraíba, o plano municipal de urbanismo visava asfaltar uma rua pouco frequentada pela população. Posteriormente à execução da obra, constatou-se que se tratava de região na qual vivia um cidadão que era aliado político do atual prefeito e amigo de vários vereadores da Câmara Municipal. Nesta situação, pode-se afirmar que foi violado precipuamente o princípio da:

- r) eficiência.
- (A) publicidade.
- (B) impessoalidade.
- (C) preservação ambiental.
- (D) coerência.

6. (IDECAN - 2019)

A respeito dos princípios da Administração Pública, analise as afirmativas a seguir:

I. O princípio da finalidade reflete a ideia de descentralização da administração, em que se criam entidades para o desempenho de finalidades específicas, como autarquias, fundações públicas, empresas públicas e sociedades de economia mista.

II. O administrador público só poderá fazer o que a lei determinar; a atuação do estado deve ser pautada pela lei para evitar arbitrariedades.

III. Os princípios da impessoalidade e da supremacia do interesse público sobre o interesse privado, mesmo não expressos no texto da Constituição Federativa do Brasil de 1988, são aceitos pela doutrina administrativa.

Assinale

- (A) se somente a afirmativa I estiver correta.
- (B) se somente a afirmativa II estiver correta.
- (C) se somente a afirmativa III estiver correta.
- (D) se somente as afirmativas I e II estiverem corretas.
- (E) se somente as afirmativas II e III estiverem corretas.

7. (IDECAN - 2024)

Princípio que se dirige tanto à Administração Pública quanto aos licitantes. Se Administração Pública desrespeitar as normas e condições do edital, o procedimento licitatório torna-se suscetível de nulidade. Se os licitantes deixarem de atender os requisitos do edital ou carta-convite, serão considerados inabilitados; se deixarem de atender às exigências concernentes à proposta, serão desclassificados. O edital ou a carta-convite dispõem sobre as condições para participar da licitação e as cláusulas essenciais do futuro contrato, de sorte que os interessados apresentam suas propostas a partir desses elementos. Assim, se for aceita proposta ou celebrado contrato em inobservância às condições previamente estabelecidas, o procedimento licitatório estará viciado de vício, porque aquele que se prendeu aos termos do edital poderá se prejudicado pela melhor proposta apresentado por outro licitante que os desrespeitou.

ADMINISTRAÇÃO GERAL E PÚBLICA

1. (IDECAN - 2021)

O gerenciamento de recursos materiais, administração de recursos materiais ou suprimentos constituem a totalidade dos fluxos de materiais de uma organização de saúde, compondo um processo com as seguintes atividades principais, respectivamente. Assinale a alternativa correta.

- (A) compra, recepção, armazenamento, programação, distribuição e controle.
- (B) programação, compra, recepção, armazenamento, distribuição e controle.
- (C) programação, compra, armazenamento, recepção, controle e distribuição.
- (D) compra, programação, armazenamento, recepção, controle e distribuição.

2. (IDECAN - 2024)

Considere uma empresa multinacional que opera em diversas regiões geopoliticamente instáveis. Recentemente, análises preditivas indicaram uma possível elevação significativa nas tensões políticas em um desses locais, o que pode afetar diretamente as operações da empresa. Neste contexto, a medida adequada para minimizar os impactos financeiros e operacionais, considerando a análise de tendências futuras, seria:

- (A) Reduzir toda a produção na região afetada.
- (B) Diversificar as cadeias de suprimentos e as rotas de distribuição.
- (C) Concentrar as operações na região mais estável identificada.
- (D) Aumentar o investimento em marketing na região para reforçar a presença da marca.

3. (IDECAN - 2025)

Aquilo que é feito está relacionado com a eficiência (a ação) e aquilo que é alcançado refere-se à eficácia (o resultado). Nesse sentido, podemos definir a eficácia como

- (A) medida de alcance dos objetivos ou resultados.
- (B) modo de utilizar os recursos da melhor forma, ao meio de se fazer e a fazer bem alguma tarefa.
- (C) conceito que se relaciona à capacidade de produzir efeitos/ impactos no longo prazo.
- (D) ato de minimizar custos sem comprometimento da qualidade, considerando todas as alternativas disponíveis no mercado.
- (E) conceito que relaciona os meios e os métodos.

4. (IDECAN - 2022)

As organizações realizam as suas funções, adquirindo e usando recursos, para desenvolver e fornecer produtos e serviços, com o objetivo de atender as necessidades e resolver os problemas de seus usuários. Neste cenário, duas palavras são usadas para medir o desempenho de uma organização de acordo com as expectativas dos usuários: eficiência e eficácia.

Assinale a alternativa que apresenta corretamente o conceito de eficiência.

- (A) Capacidade de realizar resultados.
- (B) Grau de realização dos objetivos.
- (C) Uso econômico de recursos.
- (D) Fomentar os desperdícios.

5. (IDECAN - 2023)

Acerca das inovações introduzidas pela Constituição de 1988 na Administração Pública brasileira, assinale a resposta correta.

- (A) Os convênios, em regra, são celebrados entre órgãos públicos e entidades filantrópicas.
- (B) A maior inovação trazida pela Constituição de 1988, com o advento da Emenda Constitucional nº 19/98, é que todo serviço público pode ser delegado a terceiros.
- (C) As agências reguladoras fiscalizam os serviços públicos, porém não possuem poder de polícia, o qual é exercido pelo ente federado ao qual elas estão vinculadas.
- (D) Se determinada entidade da administração indireta se transformar em agência executiva, ela obrigatoriamente estará sujeita a metas de desempenho.
- (E) Os consórcios públicos visam a cooperação entre os entes federados, desde que não haja gestão associada de serviços públicos.

6. (IDECAN - 2022)

Em relação às características do Modelo Gerencial Puro, analise as afirmativas a seguir:

- I. Tem como fundamento solucionar as deficiências do Estado pelo controle fiscal.
- II. Condena a terceirização de serviços públicos.
- III. Defende a redução de custos e o aumento de eficiência e produtividade.

Assinale

- (A) se apenas as afirmativas I e II estiverem corretas.
- (B) se apenas as afirmativas I e III estiverem corretas.
- (C) se apenas as afirmativas II e III estiverem corretas.
- (D) se todas as afirmativas estiverem corretas.
- (E) se nenhuma afirmativa estiver correta.

7. (IDECAN - 2022)

Em 1995, foi criado o PDRAE, que distinguiu o aparelho do estado em setores, como os listados nas alternativas a seguir, à exceção de uma.

Assinale-a.

- (A) núcleo estratégico
- (B) atividades exclusivas
- (C) serviços não exclusivos
- (D) treinamento e formação de carreiras
- (E) produção de bens e serviços para o mercado

8. (IDECAN - 2025)

Departamentalização é o agrupamento, de acordo com um critério específico de homogeneidade, das atividades e correspondentes recursos – humanos, financeiros, tecnológicos e materiais e equipamentos – em unidades organizacionais. Através desse mecanismo, as organizações obtêm maior homogeneidade de tarefas em cada órgão. Nesse sentido, considerando a departamentalização funcional, identifique a alternativa correta.

- (A) É indicada para organizações com grande variedade de produtos e alta rotatividade, pois favorece a flexibilidade e rápida adaptação às mudanças externas.
- (B) Agrupa atividades de acordo com funções principais, concentrando especialistas sob uma única chefia, permitindo o uso eficiente de recursos e garantindo plena utilização das habilidades técnicas.
- (C) Uma das principais vantagens da departamentalização funcional é aumentar a cooperação entre departamentos, reduzindo a concentração intradepartamental e criando uma visão ampla da organização.
- (D) A responsabilidade pelo desempenho total é distribuída entre todos os gestores de cada função, evitando que a alta administração fique centralizada na supervisão do conjunto da organização.

9. (IDECAN - 2024)

Considerando a departamentalização funcional, uma de suas características é a

- (A) existência de uma pequena confusão em relação às responsabilidades pois as tarefas são nitidamente distintas umas das outras e muito bem definidas.
- (B) impossibilidade de mobilização de capacidades técnicas, alcançando assim baixa qualidade na solução dos problemas funcionais.
- (C) possibilidade de resposta rápida em um ambiente instável, pois as divisões são unidades pequenas com flexibilidade e agilidade na mudança;
- (D) flexibilidade para mudanças frequentes em razão de ambientes instáveis;

DIREITO PENAL

1. (IDECAN - 2021)

Considere os seguintes dispositivos constitucionais:

I. A lei penal não retroagirá, salvo para beneficiar o réu.

II. Ninguém será considerado culpado até o trânsito em julgado de sentença penal condenatória.

III. É livre a locomoção no território nacional em tempo de paz, podendo qualquer pessoa, nos termos da lei, nele entrar, permanecer ou dele sair com seus bens.

IV. Não haverá juízo ou tribunal de exceção.

V. Todos podem reunir-se pacificamente, sem armas, em locais abertos ao público, independentemente de autorização, desde que não frustrem outra reunião anteriormente convocada para o mesmo local, sendo apenas exigido prévio aviso à autoridade competente.

Os princípios constitucionais relativos ao Direito Penal estão contidos nos itens

- (A) I, II e V, apenas.
- (B) I, II e IV, apenas.
- (C) II, IV e V, apenas.
- (D) I, II e III, apenas.

2. (IDECAN - 2026)

Matar mulher, por razões da condição do sexo feminino, até a Lei nº 14.994/24, era uma qualificadora no crime de homicídio, cuja pena era de reclusão de 12 a 30 anos. A Lei nº 14.994/24 inseriu, no Código Penal, o artigo 121-A, tipificando, de modo autônomo, o crime de feminicídio e cominando pena de reclusão de 20 a 40 anos. João Emílio, 38 anos de idade, psicólogo, em dezembro de 2023, matara a noiva por razões da condição do sexo feminino. No ano de 2025, João Emílio é submetido a julgamento e condenado por ter ceifado a vida de sua noiva. Com base nos fatos narrados marque a afirmativa correta.

- (A) João Emílio é condenado pelo crime de feminicídio previsto no artigo 121-A do Código Penal, com base na retroatividade da lei penal.
- (B) João Emílio é condenado pelo crime de homicídio qualificado, previsto no artigo 121, §2º, do Código Penal, com base na retroatividade da lei penal.

(C) João Emílio é condenado pelo crime de feminicídio, previsto no artigo 121-A, do Código Penal, com base na ultratividade da lei penal.

(D) João Emílio é condenado pelo crime de feminicídio, previsto no artigo 121-A, do Código Penal, com a pena privativa de liberdade prevista para o homicídio qualificado previsto no artigo 121, §2º, do Código Penal.

(E) João Emílio é condenado pelo crime de homicídio qualificado, previsto no artigo 121, §2º, do Código Penal, com base na ultratividade da lei penal.

3. (IDECAN - 2023)

Levando em consideração a aplicação da lei penal no tempo, o Código Penal é categórico ao afirmar que:

- (A) A punição por determinado fato deve prevalecer mesmo se, posteriormente, o fato deixar de ser considerado crime, posto que a aplicação da Lei Penal leva em conta a normativa vigente à época do ato.
- (B) A lei posterior, que de qualquer modo favorecer o agente, aplica-se aos fatos anteriores, ainda que decididos por sentença condenatória transitada em julgado.
- (C) A lei posterior, que de qualquer modo favorecer o agente, desde que não reduza a pena cominada, aplica-se aos fatos anteriores, ainda que decididos por sentença condenatória transitada em julgado.
- (D) Ninguém pode ser punido por fato que lei posterior deixa de considerar crime, salvo com relação a crimes hediondos.
- (E) A Lei Penal não retroage em nenhuma hipótese, independentemente de ser benéfica ou não ao agente.

4. (IDECAN - 2021)

Nos termos da lei, ninguém pode ser punido por fato que lei posterior deixa de considerar crime. A esse fenômeno, denomina-se *abolitio criminis*. Acerca do tema, assinale a alternativa correta.

- (A) A *abolitio criminis* descriminaliza conduta antes tipificada pela lei penal. Não se trata, contudo, de hipótese de extinção de punibilidade, mas de *novatio legis in melius*, que deve retroagir a todos.
- (B) A *abolitio criminis* descriminaliza conduta antes tipificada pela lei penal. Tem como efeito a extinção de punibilidade e retroage a todos, fazendo cessar os efeitos penais de eventual sentença condenatória. Os efeitos civis, contudo, permanecem.
- (C) A *abolitio criminis* descriminaliza conduta antes tipificada pela lei penal. Como se trata de *novatio legis in melius*, faz cessar todos os efeitos, penais e civis, de eventual sentença condenatória.
- (D) Em hipótese de *abolitio criminis*, o indivíduo que porventura esteja cumprindo pena privativa de liberdade pelo delito objeto da descriminalização da conduta, deverá ser imediatamente posto em liberdade. Todavia, perderá sua primariedade.
- (E) Em hipótese de *abolitio criminis*, aquele que já cumpriu pena pelo delito objeto da descriminalização nada poderá aproveitar, pois sua extinção de punibilidade já se deu pelo efetivo cumprimento de sua pena.

5. (IDECAN - 2021)

Em 10/1/2017, Robson praticou delito previsto na lei A, cuja pena era de reclusão de 3 a 6 anos. Em 30/4/2019, a lei A foi revogada pela lei B, que passou a prever pena de 1 a 3 anos de reclusão para a conduta praticada por Robson. Ocorre que, em 20/5/2020, entrou em vigor a lei C, revogando a lei B e passando a atribuir à conduta praticada por Robson pena de reclusão de 2 a 4 anos.

Considere que Robson foi denunciado pelo delito em 30/5/2020 e, na data de hoje, ele está sendo sentenciado. Nessa hipótese, é correto afirmar que

- (A) será aplicada a Robson a lei A, por ser aquela em vigor no dia de sua conduta.
- (B) será aplicada a Robson a lei B, por ser a mais benéfica.
- (C) será aplicada a Robson a lei C, por ser a mais recente, que revogou as demais leis anteriores.

(D) poderão ser aplicadas a lei A ou a lei C; a primeira porque era a lei em vigor no dia da conduta e a segunda porque é a lei mais recente. A escolha ficará a critério do juiz, que deverá optar pela mais favorável ao caso concreto.

(E) será aplicada a Robson a lei C, não só porque é a mais recente, mas também porque é mais benéfica se comparada à lei A, que vigorava no dia da conduta.

6. (IDECAN - 2022)

Douglas, nascido em 10/11/2003, manteve sua namorada Júlia em cárcere privado durante o período de 18/10/2021 a 10/11/2021, data em que a polícia descobriu a localização da vítima, libertou-a e prendeu Douglas em flagrante delito.

Nesse sentido, considerando apenas a situação exposta, é correto afirmar que, em relação ao tempo do crime,

- (A) adota-se a Teoria da Atividade, e, por consequência, Douglas deve ser considerado imputável, podendo responder criminalmente.
- (B) adota-se a Teoria do Resultado, e, por consequência, Douglas deve ser considerado imputável, podendo responder criminalmente.
- (C) adota-se a Teoria da Atividade, e, por consequência, Douglas não pode ser considerado imputável, razão pela qual apenas poderá responder por ato infracional análogo a delito.
- (D) adota-se a Teoria da Ubiquidade ou Mista, e, por consequência, Douglas não pode ser considerado imputável, razão pela qual apenas poderá responder por ato infracional análogo a delito.
- (E) adota-se a Teoria da Ubiquidade ou Mista, e, consoante interpretação mais favorável ao réu, Douglas não pode ser considerado imputável, estando sujeito apenas a medida de segurança.

7. (IDECAN - 2023)

Em se tratando de prazo de natureza penal, a contagem dos meses se faz de acordo com:

- (A) o calendário judiciário, incluídos os meses de recesso.
- (B) o calendário forense.
- (C) o calendário judiciário, excluídos os meses de recesso.
- (D) o calendário comum ou forense, a depender do que for mais favorável ao réu.
- (E) o calendário comum.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

1. (IDECAN - 2026)

João Américo, 43 anos de idade, primário, é processado criminalmente pela suposta prática do delito de roubo em concurso de pessoas. Ao final da audiência de instrução e julgamento, a magistrada profere sentença condenatória e condena o réu a uma pena de reclusão de cinco anos. Inconformado com a condenação, João Américo interpõe recurso de apelação e requer a invalidação da sentença sob o fundamento de que teria havido cerceamento de defesa na instrução processual. O Ministério Público não interpõe recurso. O Tribunal de Justiça, ao julgar o recurso da defesa, nega provimento ao pedido e, por entender desproporcional a pena aplicada em decorrência da gravidade do crime praticado, aumenta a pena para seis anos de reclusão. Com base nos fatos narrados e no Código de Processo de Penal, marque a opção correta.

- (A) O Tribunal de Justiça, com base no princípio da busca pela justiça real, poderia ter aumentado a pena.
- (B) O Tribunal de Justiça, com base no princípio do juízo natural, poderia ter aumentado a pena.
- (C) O Tribunal de Justiça, com base no princípio da vedação de bis in idem, não poderia ter aumentado a pena.
- (D) O Tribunal de Justiça, com base no princípio da vedação da reformatio in pejus, não poderia ter aumentado a pena.
- (E) O Tribunal de Justiça, com base no princípio da paridade de armas, poderia ter aumentado a pena.

2. (IDECAN - 2023)

São Princípios norteadores do direito processual penal, expressos na constituição, exceto.

- (A) Princípio da presunção da inocência.
- (B) Princípio da publicidade.
- (C) Princípio do favor rei.
- (D) Princípio da autocomposição.
- (E) Princípio da vedação das provas ilícitas.

3. (IDECAN - 2021)

A Lei 13.964/2019, entre as várias alterações na legislação, incluiu o artigo 3º-A no Código de Processo Penal, com a seguinte redação: "O processo penal terá estrutura acusatória, vedadas a iniciativa do juiz na fase de investigação e a substituição da atuação probatória do órgão de acusação."

Portanto, desde a alteração supracitada, está expressa na legislação processual a escolha pelo sistema processual acusatório. Nas alternativas a seguir, enumeraram-se algumas características desse sistema, À EXCEÇÃO DE UMA. Assinale-a.

- (A) separação entre as funções de acusar, julgar e defender
- (B) os princípios do contraditório e da ampla defesa que informam todo o processo
- (C) a possibilidade de o juiz produzir provas para dirimir dúvidas
- (D) a publicidade dos atos processuais como regra
- (E) a imparcialidade do julgador (o juiz fica equidistante do conflito de interesses instaurado entre partes)

4. (IDECAN - 2021)

O devido processo legal é princípio constitucional assegurador de que ninguém será privado de seus bens nem de sua liberdade sem o devido processo legal. Para além dessa garantia, do ponto de vista privado, o princípio do devido processo legal traduz também o direito de saber quais são as regras do jogo processual. Nesse sentido, em atenção às disposições constitucionais aplicáveis ao processo penal, bem como às normas existentes no respectivo Código de Processo Penal acerca da prova, assinale a alternativa correta.

- (A) Adotamos o sistema misto inquisitivo, sendo certo que não se exige, no processo penal brasileiro, a identidade física do juiz.
- (B) Adotamos o sistema tarifado de provas e vigora, no processo penal brasileiro, a identidade física do juiz.
- (C) Adotamos o sistema do livre convencimento motivado para a valoração da prova, bem como o sistema inquisitivo no que tange ao processo penal.

- (D) Adotamos o sistema acusatório e vigora, no processo penal brasileiro, a identidade física do juiz.
- (E) Adotamos o sistema acusatório no que tange ao processo penal e, no tocante à valoração da prova, adotamos o sistema da íntima convicção.

5. (IDECAN - 2023)

Doutor Antônio Dragão do Mar, Delegado de Polícia da circunscrição de Crato/CE, logo após tomar conhecimento da ocorrência de homicídio no bairro Cidade Luz, região do Cariri, prontamente se dirigiu ao local onde já contava com a presença da Polícia Militar. Com base na situação hipotética e pelas disposições do Código de Processo Penal, assinale a alternativa incorreta com relação aos deveres da autoridade policial.

- (A) Colher todas as provas que servirem para o esclarecimento do fato e suas circunstâncias.
- (B) Por haver vítima fatal, promover a remoção do corpo para o Sistema de Verificação de Óbito (SVO).
- (C) Proceder ao reconhecimento de pessoas e coisas e a acareações.
- (D) Apreender os objetos que tiverem relação com o fato, após liberados pelos peritos criminais.
- (E) Ordenar a identificação do indiciado pelo processo datiloscópico, se possível, e fazer juntar aos autos sua folha de antecedentes.

6. (IDECAN - 2023)

Em se tratando de inquérito policial, observe as assertivas a seguir:

I. O inquérito deverá terminar no prazo de 10 dias, se o indiciado tiver sido preso em flagrante, ou estiver preso preventivamente, contado o prazo, nesta hipótese, a partir do dia em que se executar a ordem de prisão, ou no prazo de 30 dias, quando estiver solto, mediante fiança ou sem ela.

II. Para verificar a possibilidade de haver a infração sido praticada de determinado modo, a autoridade policial poderá proceder à reprodução simulada dos fatos, desde que esta não contrarie a moralidade ou a ordem pública.

III. Nos crimes de ação pública o inquérito policial será iniciado de ofício ou mediante requisição da autoridade judiciária ou do Ministério Público, ou a requerimento do ofendido ou de quem tiver qualidade para representá-lo.

IV. O inquérito, nos crimes em que a ação pública depender de representação, não poderá sem ela ser iniciado.

Com base nas premissas expostas, assinale a alternativa correta.

- (A) Apenas I e IV estão corretas.
- (B) Apenas I, II e IV estão corretas.
- (C) Apenas II e IV estão corretas.
- (D) Apenas II, III e IV estão corretas.
- (E) Todas as assertivas estão corretas.

7. (IDECAN - 2023)

No âmbito do inquérito policial, são deveres da autoridade constituída:

I. Dirigir-se ao local da prática da infração penal, providenciando para que não se alterem o estado e conservação das coisas, até a chegada dos peritos criminais.

II. Apreender os objetos que tiverem relação com o fato, após liberados pelos peritos criminais.

III. Determinar que os peritos criminais procedam à identificação criminal do indiciado concomitantemente à realização do exame de corpo de delito.

IV. Encaminhar para o Juiz e para o Ministério Público o auto de prisão em flagrante, no prazo de até 72 (setenta e duas) horas.

Considera-se como **correta(s)**

- (A) apenas a afirmativa I.
- (B) apenas as afirmativas I e II.
- (C) apenas as afirmativas II e III.
- (D) apenas as afirmativas I, II e IV.
- (E) as afirmativas I, II, III e IV.

8. (IDECAN - 2023)

Quanto ao Inquérito Policial, assinale a alternativa correta.

(A) Nos casos em que servidores vinculados às instituições dispostas no art. 144 da Constituição Federal figurarem como investigados em inquéritos policiais, inquéritos policiais militares e demais procedimentos extrajudiciais, cujo objeto for a investigação de fatos relacionados ao uso da força letal praticados no exercício profissional, de forma consumada ou tentada, incluindo as situações dispostas no art. 23 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), o indiciado deverá constituir defensor.

(B) Para verificar a possibilidade da infração ter sido praticada de determinado modo, a autoridade policial sempre deverá proceder à reprodução simulada dos fatos, mesmo que esta contrarie a moralidade ou a ordem pública.

DIREITO CIVIL

1. (IDECAN - 2025)

Aos dezoito anos completos, a pessoa adquire a capacidade plena para a prática por si dos atos da vida civil. Não obstante, a lei admite que certas pessoas, menores de dezoito anos, adquiram a capacidade plena por meio da emancipação: ato jurídico por meio do qual se atribui capacidade jurídica plena a um menor. Sobre o assunto, assinale a alternativa correta, de acordo o Código Civil.

- (A) Os pais podem conceder emancipação ao filho menor com dezesseis anos completos, mediante instrumento público, dependente de homologação judicial, após manifestação do Ministério Público.
- (B) O casamento civil e religioso é causa de emancipação do menor, após 6 meses da constituição do matrimônio.
- (C) O exercício de emprego público efetivo, com avaliação de desempenho satisfatória, realizada por comissão própria, é causa de emancipação.
- (D) A existência de relação de emprego, desde que em função dela o menor, com dezesseis anos completos, tenha economia própria, é causa de emancipação.
- (E) O menor que inicia curso de ensino superior e obtém estágio na área se torna emancipado.

2. (IDECAN - 2022)

Com base no que institui o Direito Civil, analise as afirmativas a seguir:

I. Pode ser declarada a morte presumida, sem decretação de ausência se for extremamente provável a morte de quem estava em perigo de vida.

II. A declaração da morte presumida somente poderá ser requerida depois de esgotadas as buscas e averiguações, devendo a sentença fixar a data provável do falecimento.

III. Se dois ou mais indivíduos falecerem na mesma ocasião, não se podendo averiguar se algum dos comorientes precedeu aos outros, presumir-se-ão simultaneamente mortos.

Assinale

- (A) se nenhuma afirmativa estiver correta.
- (B) se apenas as afirmativas I e II estiverem corretas.
- (C) se apenas as afirmativas I e III estiverem corretas.

- (D) se apenas as afirmativas II e III estiverem corretas.
- (E) se todas as afirmativas estiverem corretas.

3. (IDECAN - 2018)

De acordo com o Código Civil vigente, são absolutamente incapazes:

- (A) Os pródigos.
- (B) Os ébrios habituais.
- (C) Os menores de 16 anos.
- (D) Os menores de 21 anos.

4. (IDECAN - 2018)

A Lei nº 13.146/2015 alterou profundamente a teoria da capacidade, revogando diversos dispositivos do Código Civil de 2002 e dando nova redação a outros. Considerando as mudanças impostas pela nova legislação e as regras sobre capacidade civil, analise as afirmativas a seguir e assinale a correta.

- (A) É relativa a capacidade de direito do menor de 16 anos.
- (B) São absolutamente incapazes os excepcionais, sem desenvolvimento mental completo.
- (C) Os menores de 16 anos são absolutamente incapazes de exercer pessoalmente atos da vida civil.
- (D) As pessoas que, por deficiência mental tenham discernimento reduzido, são relativamente incapazes para certos atos.
- (E) É absolutamente incapaz aquele que por enfermidade ou deficiência mental, não tiver o necessário discernimento para a prática pessoal de atos da vida civil.

5. (IDECAN - 2022)

Acerca dos direitos da personalidade, analise as afirmativas a seguir:

I. Com exceção dos casos previstos em lei, os direitos da personalidade são intransmissíveis e irrenunciáveis, não podendo o seu exercício sofrer limitação voluntária.

II. Mesmo que por exigência médica, é defeso o ato de disposição do próprio corpo, quando importar diminuição permanente da integridade física, ou contrariar os bons costumes.

III. É válida, com objetivo científico, ou altruístico, a disposição gratuita do próprio corpo, no todo ou em parte, para depois da morte.

Assinale

- (A) se apenas as afirmativas I e II estiverem corretas.
- (B) se apenas as afirmativas I e III estiverem corretas.
- (C) se apenas as afirmativas II e III estiverem corretas.
- (D) se todas as afirmativas estiverem corretas.
- (E) se nenhuma afirmativa estiver correta.

6. (IDECAN - 2022)

Acerca dos direitos da personalidade, analise os itens abaixo:

I. É válida, com objetivo científico, ou altruístico, a disposição gratuita do próprio corpo, no todo ou em parte, para depois da morte.

II. O nome da pessoa não pode ser empregado por outrem em publicações ou representações que a exponham ao desprezo público, ainda quando não haja intenção difamatória.

III. Os direitos da personalidade são irrenunciáveis, permanentes e transmissíveis.

Está(ão) correto(s) o(s) item(ns):

- (A) apenas I.
- (B) apenas II.
- (C) apenas III.
- (D) apenas I e II.
- (E) I, II e III.

7. (IDECAN - 2024)

Para efeitos legais, as Organizações Não Governamentais (ONGs) que atuam em âmbito internacional são consideradas pessoas jurídicas

- (A) sui generis.
- (B) de direito privado.
- (C) de direito público interno.
- (D) de direito público externo.

8. (IDECAN - 2024)

O Código Civil, em seus Artigos 41º a 45º, dispõe que

(A) decai em cinco anos o direito de anular a constituição das pessoas jurídicas de direito privado, por defeito do ato respectivo, contado o prazo da publicação de sua inscrição no registro.

(B) são livres a criação, a organização, a estruturação interna e o funcionamento das organizações religiosas, sendo facultado ao poder público negar-lhes reconhecimento ou registro dos atos constitutivos.

(C) o registro das pessoas jurídicas declarará as condições de extinção da pessoa jurídica e o destino do seu patrimônio, o qual deverá ir obrigatoriamente para entidades beneficentes vinculadas ao poder público.

(D) a existência legal das pessoas jurídicas de direito privado começa com a inscrição do ato constitutivo no respectivo registro, precedida, quando necessário, de autorização ou aprovação do Poder Executivo, averbando-se no registro todas as alterações por que passar o ato constitutivo.

9. (IDECAN - 2024)

Segundo as disposições do Código Civil acerca das pessoas jurídicas, pode-se afirmar que:

- (A) É possível no ordenamento jurídico brasileiro a figura da pessoa jurídica unipessoal.
- (B) É considerado crime financeiro a abertura de conta em offshore por pessoa jurídica.
- (C) Pessoas jurídicas e pessoas físicas têm os mesmos direitos civis.
- (D) Pessoas jurídicas podem ser autoras de crimes contra a honra.

10. (IDECAN - 2022)

Nos casos de dissolução da pessoa jurídica ou cassada a autorização para seu funcionamento, ela subsistirá para os fins de liquidação, até que esta se conclua. Assim, encerrada a liquidação, será promovido(a):

- (A) a concordata.
- (B) o cancelamento da inscrição da pessoa jurídica.
- (C) a responsabilização dos diretores e sócios-gerentes.
- (D) a homologação do quadro geral de credores.
- (E) a homologação da falência.

11. (IDECAN - 2022)

À luz da organização da Administração Pública, assinale abaixo o agrupamento de entidades consideradas como pessoas jurídicas de direito público interno:

- (A) empresas públicas e autarquias.
- (B) municípios e associações públicas.
- (C) territórios e partidos políticos.
- (D) estados e sociedades de economia mista.
- (E) empresas públicas e fundações públicas.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

1. (IDECAN - 2024)

De acordo com o CPC, os recursos são os meios de impugnação de decisões judiciais, configurando-se como de apelação, de agravo de instrumento, de agravo interno, de embargos de declaração, de recurso ordinário, de recurso especial, de recurso extraordinário, de agravo em recurso especial ou extraordinário e, por fim, de embargos de divergências. Ainda que variados, todos comungam de princípios indelévels, como:

(A) duplo grau de jurisdição, singularidade, devolutividade, suspensividade, taxatividade, unirrecorribilidade, correspondência, fungibilidade e colegibilidade.

(B) duplo grau de jurisdição, oralidade, simplicidade, informalidade, economia processual e celeridade, buscando, sempre que possível, a conciliação ou a transação.

(C) duplo grau de jurisdição, hierarquia, legalidade, moralidade, publicidade, impessoalidade, motivação, informalismo e da economia processual.

(D) duplo grau de jurisdição, de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

2. (IDECAN - 2024)

Os doze primeiros artigos do Código de Processo Civil em vigor – Lei Nº 13.105/2015 – dispõem sobre as normas fundamentais do processo civil, dentre as quais destacam-se aquelas constantes nos Artigos 9º e 10º, apresentando as seguintes redações:

Art. 9: Não se proferirá decisão contra uma das partes sem que ela seja previamente ouvida;

Art. 10: O juiz não pode decidir, em grau algum de jurisdição, com base em fundamento a respeito do qual não se tenha dado às partes oportunidade de se manifestar, ainda que se trate de matéria sobre a qual deva decidir de ofício.

Diante do exposto, pode-se afirmar que os artigos transcritos expressam preponderantemente a

(A) noção de paridade de armas no processo civil.

(B) aplicação do princípio da boa-fé objetiva no processo civil.

(C) compreensão do princípio da instrumentalidade

das formas.

(D) noção de contraditório como garantia de influência e não surpresa.

3. (IDECAN - 2022)

O artigo 2º do Código de Processo Civil, Lei 13.105/2015, dispõe:

o processo começa por iniciativa da parte e se desenvolve por impulso oficial, salvo as exceções previstas em lei.

Nesse dispositivo encontra-se retratado o seguinte princípio:

(A) boa-fé processual.

(B) inércia da jurisdição.

(C) juiz natural da causa.

(D) imparcialidade do juiz.

(E) inafastabilidade do poder jurisdicional.

4. (IDECAN - 2018)

O Processo Civil possui um arcabouço valorativo de princípios, os quais norteiam e servem de diretrizes gerais. Dentre estes princípios destaca-se o princípio da motivação das decisões judiciais. Acerca do citado princípio, é INCORRETO afirmar que:

(A) Encontra previsão expressa no Art. 93, IX, da Constituição Federal.

(B) Ao proferir suas sentenças ou decisões, o juiz ou magistrado deverá justificá-las.

(C) A ausência de motivação poderá ser questionada por meio de embargos de declaração.

(D) O despacho, ainda que sem nenhum conteúdo decisório, deverá conter a devida motivação.

(E) É indispensável a fiscalização da atividade judiciária, assegurando a necessária transparência.

5. (IDECAN - 2024)

[...] ao Poder Judiciário são, também, atribuídas certas funções em que predomina o caráter administrativo e que são desempenhadas sem o pressuposto do litígio. [...] em que o juiz apenas realiza gestão pública em torno de interesses privados, como se dá nas nomeações de tutores, nas alienações de bens de incapazes, divórcio e separação consensuais etc.

Aqui não há lide nem partes, mas apenas um negócio jurídico-processual envolvendo o juiz e os interessados. Não se apresenta como ato substitutivo da vontade das partes, para fazer atuar impositivamente a vontade concreta da lei [...]. O caráter predominante é de atividade negocial, em que a interferência do juiz é de natureza constitutiva ou integrativa, com o objetivo de tornar eficaz o negócio desejado pelos interessados. A função do juiz é, portanto, equivalente ou assemelhada à do tabelião, ou seja, a eficácia do negócio jurídico depende da intervenção pública do magistrado.

THEODORO JÚNIOR, Humberto. *Curso de Direito Processual Civil*. v.1.

Grupo GEN, 2023, p. 154

Diante da leitura do excerto, assegura-se que a classificação da jurisdição abordada pelo autor é a

- (A) Jurisdição constitucional.
- (B) Jurisdição voluntária.
- (C) Jurisdição ordinária.
- (D) Jurisdição contenciosa.

6. (IDECAN - 2022)

Observe o trecho a seguir:

“... é expressão do princípio constitucional da soberania nacional, sendo considerada una e indivisível. Esta unicidade, contudo, não proíbe que terceiros possam esta autorizados a realizar práticas alternativas de solução de conflitos, por intermédio de métodos próprios.”

O parágrafo acima trata da

- (A) jurisdição.
- (B) conciliação.
- (C) mediação.
- (D) arbitragem.
- (E) transação.

7. (IDECAN - 2024)

Sob a batuta do digesto processual civil que vigora no Brasil desde 2015, temos um instituto calcado na economia processual, ligado ao princípio dispositivo, e em que se impõe como limite cronológico ao mesmo o instante da propositura da ação, resultando na união de várias ações propostas por um autor contra o mesmo réu num mesmo processo. A isso, chamamos corretamente, de:

- (A) Conexão da ação.
- (B) Condição da ação.
- (C) Cumulação da ação.
- (D) Continência da ação.
- (E) Contingência da ação.

8. (IDECAN - 2018)

Os elementos que compõem a ação servem para permitir a identificação da própria ação, permitindo a identificação de litispendência, conexão, continência ou mesmo da coisa julgada. Considerando estes elementos, analise as alternativas e assinale a correta.

- (A) É possível que uma ação não tenha autor.
- (B) Não é possível a existência de uma ação sem a figura do réu.
- (C) Para fins processuais, tem qualidade de parte aquele que funciona como representante legal.
- (D) O pedido mediato é aquilo que se aguarda deferimento pelo juiz; é o provimento jurisdicional que se postula em juízo.
- (E) A alteração dos fatos não modifica a ação, havendo litispendência quando verificadas duas ações com as mesmas partes e pedidos.

9. (IDECAN - 2025)

Legalmente, assevera o Diploma Processual Civil pátrio que para as ações fundadas em direito real sobre imóveis é competente o foro de situação da coisa. A partir da afirmação, podemos destacar corretamente o esposado apenas em:

- (A) A ação possessória imobiliária será proposta no foro de situação da coisa, cujo juízo tem competência absoluta.
- (B) Havendo 2 (dois) ou mais réus com diferentes domicílios, serão demandados no foro de qualquer deles, à escolha do autor.
- (C) Quando o réu não tiver domicílio ou residência no Brasil, a ação será proposta no foro de domicílio do autor, e, se este também residir fora do Brasil, a ação será proposta em qualquer foro.
- (D) Tendo mais de um domicílio, o réu será demandado no foro de qualquer deles.

10. (IDECAN - 2024)

Observado o regulado pelo Código de Processo Civil, tem-se que a competência relativa poderá modificar-se pela conexão ou pela continência. Considerando-se isso, no processo relativo à ação contida, será proferida sentença sem resolução de mérito quando houver

- (A) continência e a ação continente tiver sido proposta anteriormente, caso contrário, as ações serão necessariamente reunidas.
- (B) conexão e a ação conexa tiver sido proposta anteriormente, caso contrário, as ações serão necessariamente reunidas.



GOSTOU DESSE **MATERIAL?**

Então não pare por aqui: a versão **COMPLETA** vai te deixar ainda mais perto da sua aprovação e da tão sonhada estabilidade. Aproveite o **DESCONTO EXCLUSIVO** que liberamos para Você!

EU QUERO DESCONTO!